



LEGISLAÇÃO

STF pede a PGR parecer sobre aborto

Medida deve dirimir polêmica sobre resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que limita o aborto legal

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestar sobre a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) que dificulta o acesso das mulheres ao aborto legal em casos de estupro. Em maio, o magistrado havia suspenso a norma após o PSol entrar com uma ação questionando a constitucionalidade do documento.

A resolução proíbe a utilização de uma técnica clínica (assistolia fetal) para interrupção de gestações acima de 22 semanas após a violência sexual. O método, considerado o mais seguro, consiste em usar medicamentos para interromper os batimentos cardíacos do feto, antes da sua retirada efetiva do útero.

Segundo a ação do PSol, em conjunto com o Centro de Estudos em Saúde (Cebes); a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB); a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e a Associação Brasileira da Rede Unida, a proibição da técnica restringiria a liberdade científica e o livre exercício profissional dos médicos, além de, na prática, submeter meninas e mulheres

à manutenção de uma gestação compulsória ou à utilização de técnicas inseguras para o aborto.

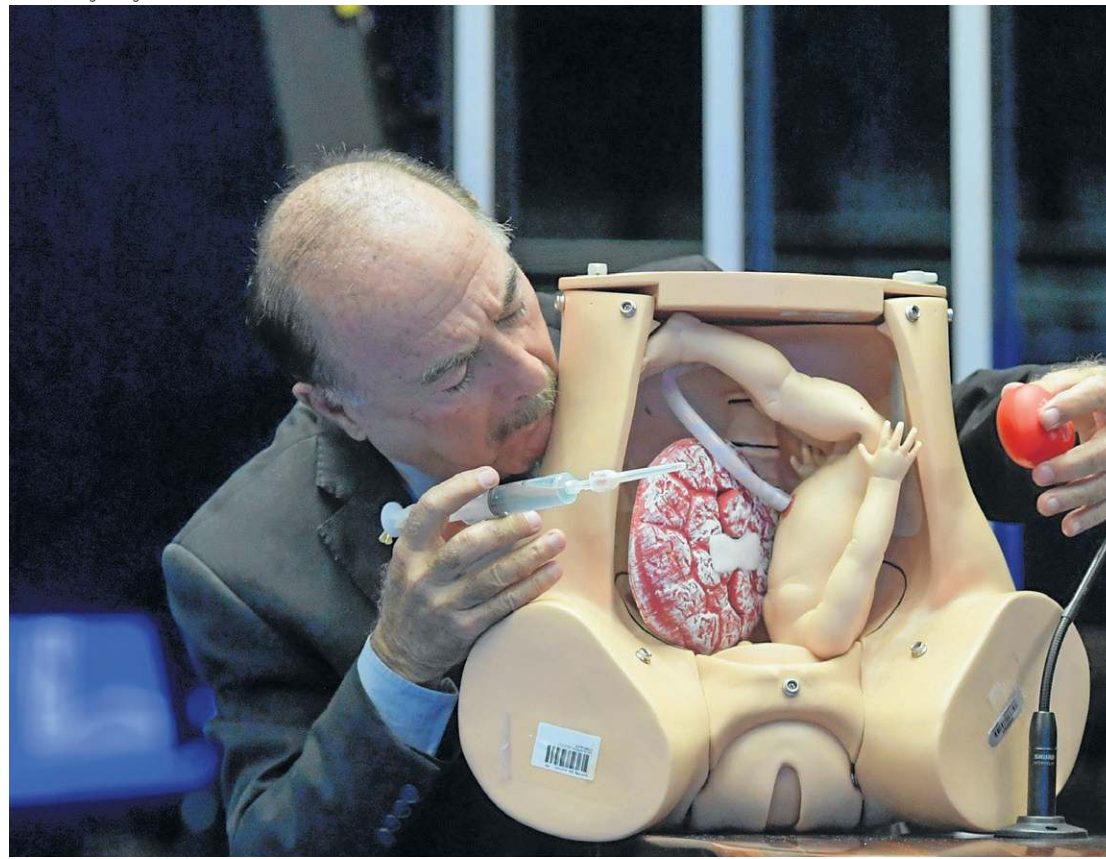
A decisão de Moraes começou a ser julgada no plenário virtual do STF, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de destaque do ministro Nunes Marques, o que leva o caso para o plenário físico. Ainda não há previsão para o caso ser analisado pela Corte.

Na avaliação de Moraes, há, na hipótese, indícios de abuso do poder regulamentar por parte do CFM ao limitar a realização de procedimento médico reconhecido e recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e previsto em lei.

O magistrado afirmou que, aparentemente, o Conselho ultrapassou sua competência regulamentar, impondo tanto ao profissional de medicina quanto à gestante vítima de um estupro, uma restrição de direitos não prevista em lei, “capaz de criar embaraços concretos e significativamente preocupantes para a saúde das mulheres”.

A liminar de Moraes levou a bancada evangélica da Câmara dos Deputados a buscar a aprovação de um projeto de lei que equipara o aborto realizado após 22 semanas de gestação, mesmo em casos de estupro, ao crime de homicídio.

Geraldo Magela/Agência Senado



Parlamentares, como o deputado Calil (União-GO), defendem a proibição da assistolia fetal após a 22ª semana

O Conselho Regional de Medicina de São Paulo (Cremesp) informou ao STF que estão paralisadas todas as investigações abertas para apurar possíveis

desvios éticos a médicos que realizaram abortos legais no estado.

Na avaliação da advogada Beatriz Alaiá Colin, especialista em direito penal, há, sim,

indícios de abuso do Conselho ao aprovar a resolução. “A legislação brasileira não estabelece expressamente quaisquer limitações circunstanciais, procedimentais

ou temporais para a realização do chamado aborto legal. Por isso, a norma consiste em abuso do poder regulamentar por parte do CFM”, defendeu.

Críticas

A resolução foi alvo de críticas de associações médicas e da área da saúde, como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a Associação Brasileira de Médicas e Médicos pela Democracia (ABMMD), e a Sociedade Brasileira de Bioética. Em junho, o presidente da entidade, José Hiran Gallo, se reuniu com o ministro Alexandre de Moraes para discutir o assunto.

Segundo ele, o método é desumano. “O procedimento da assistolia fetal é cruel para o feto. Nós viemos explicar para ele (Moraes) como é essa técnica. Essa técnica é feticídio”, afirmou a jornalista, na ocasião.

No início deste mês, o CFM divulgou uma nota sobre o PL do aborto. A entidade lamentou “distorções” sobre o assunto e afirmou que não teve participação ou contribuição para a elaboração proposta. “O tema deve ser discutido no âmbito do Congresso Nacional, ouvindo todos os segmentos envolvidos e promovendo um amplo debate com a sociedade”, disse.

QUEIMADAS

A agonia das florestas brasileiras

» PEDRO JOSÉ

Celebrado em 17 de julho, o Dia da Proteção às Florestas traz dados alarmantes sobre o enfrentamento das queimadas no Brasil. No primeiro semestre, elas afetaram 4,48 milhões de hectares. De acordo com o MapBiomas, somente os incêndios no Pantanal atingiram, entre janeiro e junho, 468 mil hectares devastados — uma área equivalente a duas vezes o tamanho de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

A maior seca registrada desde 1951 é um dos principais fatores ambientais que contribuem para os incêndios no Pantanal. As mudanças climáticas junto com fatores humanos, são responsáveis por esses eventos extremos,

como secas, mais frequentes e intensas, tornando a vegetação seca mais inflamável. Segundo explica o professor e biólogo, dono do maior canal de biologia do Brasil, Paulo Jubilut, “os principais fatores ambientais que contribuem para os incêndios no Pantanal incluem a ação humana criminosa, a maior seca registrada desde 1951 e as mudanças no clima”.

O desmatamento para formação de pasto e áreas agrícolas provoca queimadas, que muitas vezes saem de controle devido à seca e ao acúmulo de material combustível. “As queimadas são realizadas na tentativa de adubar e preparar o solo, mas acabam saindo de controle devido à seca e ao acúmulo de material combustível”, explica Jubilut.

Os incêndios no Pantanal do Mato Grosso do Sul deram uma trégua após uma temporada crítica e atípica, em que o fogo persistiu por mais de 40 dias. A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, disse em coletiva, ontem, que havia 56 focos de incêndio no bioma e 31 já foram extintos e 22 estão controlados.

Durante a coletiva, Marina disse que a situação está no começo da estabilização. “O fato de estarem extintos não significa que não devem continuar sendo monitorados, porque, às vezes, você tem um processo de extinção e há uma reincidência de fogo, então, a gente não para de fazer o monitoramento”, afirmou.

Na última semana, o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou Medida Provisória que destina um crédito extraordinário de R\$ 137.638.217,00 para ações emergenciais no combate ao aumento do número de incêndios na região do Pantanal.

O total de crédito destinado chega a mais de R\$ 237 milhões em recursos para enfrentar a crise no Pantanal, quando somado aos R\$ 100 milhões previamente destinados.

No ano de 2024, aconteceu outro grande desastre ambiental, que foram as chuvas no Rio Grande do Sul, que inundaram cidades por completo e deixaram, até o momento, 182 mortos.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

Joédson Alves/Agência Brasil



No Pantanal, os incêndios atingiram uma área de 468 mil hectares



ALEXANDRE GARCIA

ESTÍMULO DO ÓDIO É SEMEADO PRIMEIRO NAS MENTES, NAS ESCOLAS, NAS ARTES, NA PROPAGANDA DISFARÇADA DE NOTICIÁRIO. DEPOIS AS MENTES ARMAM AS MÃOS, COM FACA OU FUZIL — OU MESMO COM PAUS E PEDRAS, QUE TAMBÉM MATAM. A CAMUFLAGEM É O AMOR, QUE ATUALIZA A FICÇÃO PROFÉTICA DE GEORGE ORWELL NO SEU 1984

Trump e Bolsonaro

Naquele fim de tarde de sábado em que chegou a notícia do atentado contra Trump, meu primeiro pensamento foi: Adélio americano. Isso resumia tudo. Candidato forte com adversário fraco, para tirá-lo do rumo à Presidência, só matando. Thomas Crooks e Adélio Bispo; fuzil e faca; Biden e Haddad; Trump e Bolsonaro. Não matou, mas feriu e o sangue lubrifica as engrenagens da vitória. Gerou a

foto icônica, como a de Iwo-Jima, com o mesmo simbolismo da bandeira americana.

No momento em que vi a foto, também minutos depois do atentado, intuí que seria o mote eleitoral. No 6 de setembro de 2018 a percepção do resultado que viria após a facada é a mesma depois dos tiros na Pensilvânia. Postando para Trump, Bolsonaro resumiu essa outra história: “Nos vemos na posse”.

Os agressores entraram para a História e, ao contrário do que pretendiam, turbinaram os mitos. John Wilkes Booth com Lincoln; Leon Czolgosz, com McKinley; Lee Harvey Oswald com Kennedy; John Hinkley com Reagan; Adélio Bispo com Bolsonaro; e agora esse Thomas Crooks com Trump.

Assim como o indecifrado Adélio ajudou Bolsonaro, o jovem Crooks antecipa o resultado eleitoral de outubro nos Estados Unidos. Entre os americanos atacados, apenas Kennedy era do

partido Democrata; os demais, republicanos. Agora se buscam explicações para tantos erros e omissões do Serviço Secreto que protege autoridades.

A violência — e a justificativa para atos de violência jurídica, inconstitucionais e ilegais — tem uma origem, registrada no editorial publicado no dia seguinte, do Wall St. Journal, endossando palavras do ex-procurador-geral dos Estados Unidos, William Barr: “Os democratas têm que parar com essa conversa grosseiramente irresponsável sobre

Trump ser uma ameaça existencial à democracia — ele não é.”

Lá, como cá, inventa-se essa ameaça para justificar atos que, esses sim, ameaçam as liberdades, o devido processo legal e o estado democrático de direito.

O estímulo do ódio é semeado primeiro nas mentes, nas escolas, nas artes, na propaganda disfarçada de noticiário. Depois as mentes armam as mãos, com faca ou fuzil - ou mesmo com paus e pedras, que também matam. A camuflagem é o amor, que atualiza a ficção profética

de George Orwell no seu 1984. No livro, o Ministério da Verdade estabelece que Guerra é Paz; Liberdade é Escravidão; Ignorância é Força.

Os seguidores atuais do Grande Irmão acrescentaram Ódio é Amor, mensagem enganosa embutida todos os dias em todos os meios, até povoar cabeças jovens como a de Tom Crooks, antes que as mãos se armassem. Depois, ele subiu naquele telhado desocupado pelo Serviço Secreto, de onde tinha ampla visada da cabeça de Trump.